

Tramitação ainda está no início

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização tem até o dia 4 de dezembro para apresentar seu parecer final sobre o Orçamento Geral da União (OGU) para 1993. O projeto de Orçamento precisa ser aprovado ainda este ano pelo Congresso Nacional e entra em vigor em 1º de janeiro de 1993. O projeto de OGU foi entregue pelo ministro Marcílio Marques Moreira ao presidente do Congresso, senador Mauro Benevides, na segunda-feira passada. Na quarta-feira chegou ao Congresso a versão detalhada do OGU, um calhamizo de mais de mil 500 páginas.

A tramitação está apenas no início. As cópias do projeto ainda estão sendo distribuídas aos parlamentares. As regras para apresentação de emendas ainda não estão definidas. A Comissão de Orçamento pretende evitar que sejam apresentadas mais de 70 mil emendas, como no ano passa-

do, e outros problemas que aconteceram na tramitação do OGU de 1992. Os prazos já estão marcados para evitar atrasos e votações de última hora.

Prazos — Até sexta-feira poderão ser feitas as indicações para o parecer preliminar, que regerá a apresentação de emendas. O relator, senador Mansueto de Lavor (PMDB/PE) tem até o dia 15 para apresentar o parecer preliminar, que será votado até o dia 21. As emendas poderão ser apresentadas entre o dia 22 de setembro e 6 de outubro.

A distribuição de cópias das emendas vai até 16 de outubro. O prazo para votação dos pareceres parciais termina em 25 de outubro. Em 5 de novembro devem estar votados os pareceres das sete subcomissões. O prazo para votação do parecer final se encerra em 23 de novembro.

O presidente da Comissão de Orçamento, deputado Messias

Góis (PFL/SE), propôs que fossem designados cerca de 25 relatores parciais. O deputado Israel Pinheiro (PRS/MG) e o senador Esperidião Amin (PDS/SC) sugeriram então 15 relatores parciais, um por área (saúde, educação, agricultura etc.).

Este ano será a primeira vez que o parecer preliminar será votado antes da apresentação de emendas. É uma das medidas para conter a apresentação de emendas. O cumprimento do prazo é outra preocupação da Comissão.

O presidente Messias Góis quer que, em caso de descumprimento do prazo, o líder da bancada designe outro relator que terá 24 horas para apresentar o relatório. Caso o líder não o faça, Góis se propõe ele mesmo a indicar um relator que terá apenas 12 horas para apresentar o relatório.